

4.3. PROJETO DE VISIBILIDADE DO NEGRO: OUTRAS HISTÓRIAS NO MUSEU DA BARONESA, PELOTAS, RS

Fabiane Rodrigues Moraes

*Conservadora-Restauradora e Diretora do Museu da Baronesa/ Prefeitura Municipal de Pelotas
rmconservacaoerestauo@gmail.com*

Annelise Costa Montone

*Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL
Professora do departamento de Museologia, Conservação e Restauro/ICH/UFPEL
annelisemontone@gmail.com*

Marcelo Hansen Madail

*Conservador-Restaurador do Museu da Baronesa/ Prefeitura Municipal de Pelotas
m.madail@hotmail.com*

Aline de Mesquita Duarte

*Graduanda do Curso de Antropologia/UFPEL; Estagiária do Museu da Baronesa/
Prefeitura Municipal de Pelotas
alinemesqd@hotmail.com*

Resumo: O presente texto possui como objetivo relatar e registrar as ações que se desenvolveram no Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB), no âmbito do projeto de “Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa”, e que possibilitaram a inclusão de aspectos silenciados da dinâmica social daquele antigo espaço doméstico, que incluía os seus trabalhadores, escravizados e livres. O projeto provocou a discussão sobre uma ausência, cuja presença foi fundamental na construção das raízes da cidade de Pelotas e do sul do Rio Grande do Sul. O relato se insere na temática da 17ª Semana Nacional de Museus, “Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições”, destacando o museu como um lugar de experiências múltiplas e diversas.

Palavras-chave: Museu da Baronesa. Museus. Visibilidade do negro. Pelotas.

Ao associar o tema da 17ª Semana Nacional de Museus, “Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições”, à poética de Paulo Leminski, a proposta do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) provoca a reflexão sobre uma imaginação que não é prisioneira de tempos precisos: “todo tempo é intenso e tenso” - o tempo dos museus. Sobre o núcleo ou centro, sua existência se dá em relação a algo externo e, em contrapartida, “todo e qualquer ponto periférico pode se transformar em centro”.

Segundo Álvaro Marins de Almeida, do IBRAM, os museus nos proporcionam experiências múltiplas e diversas. Neles podemos “[...] visitar uma tradição, uma história,

um lugar de memória e refletir [...]” sobre isso: o espaço do museu pode ser um local de encontro e, também, de desencontro, do que é lembrado e do que é esquecido.

O presente texto possui como objetivo relatar e registrar as ações que se desenvolveram no Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB), no âmbito do projeto de “Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa”, e que possibilitaram a inclusão de aspectos silenciados da dinâmica social daquele antigo espaço doméstico.

Museu Municipal Parque da Baronesa - histórico e criação

O MMPB se constituiu a partir da antiga Chácara da Baronesa e está localizado no bairro Areal, na cidade de Pelotas, RS. A propriedade, inicialmente, pertenceu ao Coronel Annibal Antunes Maciel (1809-1874), charqueador e comerciante nascido em Rio Grande, e sua esposa Felisbina da Silva Antunes (1808-1870). Na década de 1870, por herança materna, a área passou oficialmente ao seu filho Annibal Antunes Maciel Júnior (1838-1887)¹.

Nessa época, Pelotas vivia o apogeu das charqueadas (estabelecimentos para produção de carne salgada), erguidas na região desde os primeiros anos do século XIX. Utilizando-se do trabalho do negro escravizado, a indústria do charque se desenvolveu às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, tornando a cidade um importante centro econômico do Rio Grande do Sul e do Brasil. Os senhores do charque desfrutaram essa riqueza e investiram na modernização da cidade: na arquitetura, nos espaços públicos e culturais e na infraestrutura urbana (MAGALHÃES, 1993; GUTIERREZ, 2001; VARGAS, 2007).

Annibal A. M. Júnior, natural de Rio Grande, era Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e proprietário de fazendas de gado. Sua esposa, Amélia Hartley Antunes Maciel (1848-1919), era carioca e descendente de ingleses por via paterna. Casaram-se em 1864, no Rio de Janeiro, onde ambos moravam. Possivelmente, logo após 1870, o casal mudou-se para Pelotas, instalando-se na chácara que, no século XIX, ficou conhecida como Parque Annibal.

Em 1884, ele recebeu o título de Barão de Três Serros do Imperador Dom Pedro II, em reconhecimento à sua participação no ato que emancipou, nesse mesmo ano, uma grande parcela de escravos de Pelotas. Esse ato, arranjado aos moldes da época, determinava certas condições à liberdade dos trabalhadores escravizados, conforme Pinto (2013, p.301), por exemplo, descreve em seu trabalho:

No dia 27 de agosto do ano de 1884, era registrada a carta de alforria condicionada da cativa Martinha, propriedade do Doutor Miguel Rodrigues Barcelos, filho de um dos charqueadores mais abastados da cidade de Pelotas de outrora. A carta de alforria tinha sido concedida no dia anterior a esta trabalhadora (26-08-1884). No papel da liberdade constava que Martinha, preta, de apenas 23 anos, trabalhava com o ofício de costureira, e teria a sua liberdade condicional, visto que deveria “prestar-me seus serviços por mais 6 anos”.

¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A arquitetura da chácara, incluindo a residência e jardins, preservou as manifestações românticas e clássicas características da segunda metade do século XIX. A partir de 1890, a morada também acolheu a família da filha mais velha do casal, Amélia Annibal Hartley Maciel (1869-1966), conhecida como Dona Sinhá, que se casou com Lourival Antunes Maciel (1857-1948), seu primo. Ao longo da primeira metade do século XX, os descendentes de Sinhá e Lourival estabeleceram-se na, então, capital federal. Dessa forma, a chácara passou a ser um local de veraneio, recebendo seus filhos e netos, até aproximadamente o início da década de 1970.

Em 1978, uma parte da propriedade foi entregue, pela família, à tutela do município, sob a condição de que o parque e a casa fossem abertos ao público. Entre 1978 e 1982, o local recebeu obras de restauração orientadas por arquitetos da Prefeitura. O museu, de cunho histórico, foi inaugurado em 1982 e está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. A instituição foi criada, legalmente, pelo Decreto Municipal nº 3069, de 15 de abril de 1992.

O prédio do museu manteve a tipologia de residência. Com peças doadas pela família Antunes Maciel e outras recebidas da comunidade, seu acervo traz representações de modos de vida, de hábitos e relacionamentos da sociedade pelotense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A coleção, de aproximadamente 3720 objetos, foi composta por mobiliário, objetos de decoração e utilidade doméstica, vestuário e seus complementos, objetos de uso pessoal, livros, fotografias, jornais, documentos, pinturas de cavalete e a casa de morada com seus jardins.

Em 1985, o prédio e o parque foram tombados como patrimônio histórico e cultural do município. No mês de maio de 2018, a Chácara da Baronesa foi reconhecida como parte do Conjunto Histórico de Pelotas, cujo tombamento se associou ao registro dos modos de fazer os doces das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu).

O Museu da Baronesa tem como missão a salvaguarda de bens de valor histórico e cultural, móveis e imóveis, que representem os usos e costumes da sociedade pelotense, que abrangem as últimas décadas do século XIX até a década de 30 do século XX, bem como a sua preservação, investigação, interpretação, comunicação e exposição ao público para fins de estudo, pesquisa, turismo, contemplação e promoção do conhecimento e educação, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, com base nos preceitos da Lei Federal nº 11.904/2009 e do Código de Ética do ICOM. O texto da missão do museu foi revisado e atualizado em 2014. A mudança mais significativa foi a inclusão da palavra “sociedade” no lugar de “elite”, ampliando as possibilidades de representatividade que a instituição poderia alcançar.

Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa

Os questionamentos sobre os atores esquecidos, na história contada na “Casa da Baronesa”, sempre ocorreram, verbalmente ou nas observações encontradas nos cadernos de sugestões, deixados sobre um móvel ao final da visitação. A chácara,

representativa de um segmento da sociedade do século XIX, muitas vezes chamava a atenção do público pela pouca, ou quase nenhuma, informação sobre os trabalhadores escravizados. Como não havia acervo para uma referência material, o assunto ficava disperso e parecia não pertencer ao Museu da Baronesa.

Em 2014, o tema do Dia do Patrimônio, promovido pela Secretaria de Cultura de Pelotas, foi a “Herança Cultural Africana”, envolvendo a cultura negra, o sincretismo religioso e sua influência na história da cidade. Este foi o incentivo para que a equipe do museu encontrasse uma forma de comunicar a presença da mão de obra escravizada, na morada do século XIX. Não havia como negar a presença daquele que trabalhou para que a casa funcionasse e abrigasse uma numerosa família e para que a cidade fosse uma das mais ricas da região, nesse período. Na temática dos hábitos e costumes faltava um personagem.

A forma como a temática do Dia do Patrimônio seria abordada, no Museu da Baronesa, foi inspirada pela exposição que estava vigente naquele momento: “Coleção Acervo Sacro do Museu da Baronesa”. Assim, após uma pesquisa que investigou a correspondência dos santos católicos com as religiões de matriz africana e uma assessoria sobre o assunto, exibiu-se a exposição “O Acervo Sacro e o Sincretismo Religioso”. Durante os três dias de exposição, as monitorias e mediações voltaram-se para as questões da miscigenação religiosa e dos cultos de matriz africana.

A partir do segundo semestre de 2015, a equipe formada por duas museólogas, dois conservadores-restauradores, uma assistente administrativa, três estagiários (museologia, conservação e restauro e história) e a direção, deu início às atividades do “Projeto de visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa”. A proposta incluiu extensa pesquisa no arquivo documental do museu e em arquivos históricos, consulta bibliográfica, Rodas de Conversa com pesquisadores da área para capacitação da equipe e atividades abertas à comunidade, com monitorias, palestras e ações educativas.

O objetivo geral da ação foi aprofundar a pesquisa sobre o negro no período da escravidão e na pós-abolição em Pelotas e suas relações com a família Antunes Maciel, com o intuito de acrescentar novas informações à comunicação do museu, procurando dessa forma dar destaque a esse grupo étnico que teve extrema importância na formação da sociedade pelotense. Especificamente, buscou-se requalificar a comunicação da instituição; atender a uma demanda do público; ampliar os conhecimentos da equipe acerca da temática; e atender aos princípios do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.346/2010), do Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009) e estar em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

O projeto justificou-se partindo da premissa que os museus devem ser lugares voltados para a comunidade, estabelecendo, assim, relações com todos os tipos de público, conhecendo e compreendendo seus visitantes, identificando suas necessidades e promovendo uma requalificação de suas práticas, através da avaliação de suas legendas, textos, monitoria, objetos, cenografias e outros serviços educativos.

Sendo assim, procurou-se manter consonância com a Lei nº 11.904, 14 de janei-

ro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus e diz: “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”.

Nesse sentido, a equipe do MMPB buscou acompanhar as discussões no âmbito da Museologia, do Patrimônio Cultural e áreas afins, visto que ocorreu uma série de mudanças no país a partir da primeira década do século XXI. Essas modificações, principalmente em relação ao trato com a cultura e museus, têm se solidificado por meio da criação de inúmeras políticas, diretrizes e planos.

Desde 2003, o reflexo desse novo olhar tem provocado repercussão nas atividades desenvolvidas pela instituição, a cada gestão. No período 2001-2004, sob a coordenação da Profa. Carla Gastaud, aconteceu um amplo trabalho de educação patrimonial com bolsistas do curso de História, da UFPEL, período no qual a temática da representação do negro na “Casa da Baronesa” esteve muito presente.

Com a mudança de gestão e redução na equipe, não foi possível dar continuidade ao projeto de educação patrimonial. A atenção voltou-se, então, para a conservação e documentação do acervo, a requalificação da reserva técnica, envio de projetos a editais de fomento, exposições de curta duração. Os estudantes da área de história retornaram aos estágios no final de 2013, após a implantação de seleção pública pela Prefeitura, demonstrando a importância da interdisciplinaridade para o trabalho no museu, que já contava com alunos da museologia e da conservação e restauração.

Tem-se, dessa forma, o entendimento que o Museu da Baronesa preserva muito mais que a história do Barão e da Baronesa dos Três Serros e a representação de costumes de uma classe privilegiada da sociedade pelotense, à medida que a história dos barões, assim como de outras famílias, entrelaça-se fortemente com a presença do negro como outro elemento social, dentre outros grupos étnicos que formaram nossa sociedade.

Por meio de trabalhos histográficos sobre a cidade de Pelotas, sabe-se que o negro esteve presente nesta sociedade atrelado ao sistema escravagista, porém não de forma passiva e imóvel, numa relação “dominado e dominante”, mas sim constituindo formas diversas de resistência a esse sistema, seja por meio das relações sociais que se estabeleceram, seja através das fugas e da formação de quilombos na região, ou pela participação em irmandades religiosas (AL-ALAM, 2008; ASSUMPTÃO, 2013; PINTO, 2012; RODRIGUES, 2015). Essa situação teve continuidade no período pós-abolição, pois o negro manteve-se atuante e resistente (mesmo ligado, em sua imensa maioria, ao trabalho servil assalariado), por meio da imprensa e de associações recreativas, como cordões e clubes carnavalescos, por exemplo (LONER, 2007; MONQUELAT, 2014).

Diante disso, a equipe do museu identificou como prioridade a renovação do discurso da instituição a respeito do negro, pois essa necessidade de alteração também era um reflexo das solicitações feitas por uma parcela de visitantes do museu, assim

como da própria comunidade. Essa demanda continuou sendo averiguada, tanto por intermédio dos livros de sugestões, quanto pelo contato direto com o público em geral.

As mudanças iniciais repercutiram em pouco tempo. A gratuidade no ingresso do museu, no último sábado de cada mês, disponibilizou o espaço a novos olhares. O aumento de visitantes trouxe a todos uma resposta imediata, pois o discurso com a inclusão do negro, ainda que tímido, fez diferença na percepção dos visitantes. A identificação dos nomes dos trabalhadores escravizados e das rotinas de suas tarefas domésticas, como das “amas de leite”, chamou a atenção do público, que registrou seus relatos nos livros de sugestões ou diretamente aos funcionários que os atendiam.

4ª Edição do Edital Modernização de Museus – Prêmios

A iniciativa do Projeto de Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa foi encaminhada para o Edital Modernização de Museus – Prêmios, do IBRAM, de julho de 2018, e ficou em 25º lugar entre as 28 ações bem-sucedidas de modernização e preservação do patrimônio museológico brasileiro. Cada instituição recebeu o prêmio de cem mil reais. O Plano de Trabalho para o uso dos recursos contemplou a aquisição e instalação de equipamentos para o sistema de segurança, tanto para roubo como para incêndio; a manutenção e incremento das programações museológicas regulares, qualificando a recepção à comunidade pelotense, estudantes, pesquisadores e os visitantes da cidade, a exposição e o setor educativo; a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva e visual, por intermédio da produção de conteúdo e aquisição de equipamentos que forneçam tecnologia assistiva de forma adequada para esse público, e inclusão, nesta mesma tecnologia, de um segundo idioma, o inglês; e a difusão e divulgação da iniciativa, com produção de material impresso.

No Museu da Baronesa, o Sopapo também tem voz

O projeto proporcionou, até o momento, várias atividades, entre elas, exposições temporárias que deram voz a um instrumento de percussão chamado Sopapo². Este tambor, que pertence à Secretaria de Cultura do município, esteve por muito tempo esquecido dentro do museu, e ganhou um novo significado, por meio das pesquisas realizadas. Segundo Maia (2008), a origem do instrumento encontra-se nas charqueadas do século XIX, em Pelotas, e era confeccionado pelos negros escravizados, com cascas de árvore e couro. O “grande tambor” é chamado de Sopapo, pois para tocá-lo é necessária uma batida forte, um “tapa”.

² Segundo Maia (2008, p.14), o ressurgimento do Sopapo aconteceu no Projeto CABOBU, idealizado pelo músico pelotense Giba-Giba e realizado em Pelotas nos anos 2000 e 2001. Neste contexto, foi oferecida uma oficina para construção do instrumento, dirigida por mestre Batista, com a confecção de quarenta exemplares, logo após doados a escolas de samba de Pelotas, grupos de dança afro e músicos de diversas partes do estado e do país. O de número “01” foi doado ao município de Pelotas.

Em 2018, o Sopapo se tornou inspiração para a organização de um evento durante a Semana da Consciência Negra, o 1º Encontro Sopapo no Museu da Baronesa, e, também, para a criação de uma logomarca para o projeto.

As atividades, que se estenderam de treze a vinte de novembro, assim se dividiram: exposição “A batucada do charque”; palestra “Tambor de Sopapo”, com Kako Xavier, Dilermando e Mário Maia; dança com Daniel Amaro “A reminiscência dos tambores do corpo...”; palestra, com Tais Aguiar, “Cabelo além da estética -transições capilares e identitárias pelas negras”; oficina de turbante, com Mell Monteiro; ação educativa “Menina bonita do laço de fita”; Orquestra Anjos e Querubins; e o filme – documentário “Palcos de minha vida”, produzido pela equipe do Fio da Navalha (Figuras 01 e 02).



Figura 01 – Exposição “A batucada do charque”, nov. 2018.
Fonte: Marcelo Madail, 2018.



Figura 02 – atividades do 1º Encontro Sopapo no Museu da Baronesa, nov. 2018.
Fonte: Marcelo Madail, 2018.

Considerações finais

O trabalho, iniciado em 2015, possui a característica de ser contínuo, mas precisa de espaço para se desenvolver e de “provocações”, como aquelas representadas pelo Dia do Patrimônio de 2014 – “Herança Cultural Africana”.

Outras frentes foram abertas, incluindo pesquisas acadêmicas e escavações arqueológicas. Estas últimas, em andamento, se debruçam sobre os alicerces de um antigo galpão demolido em torno de 1980, que possivelmente abrigava trabalhadores ainda no século XIX.

O museu, cumprindo o seu papel, tornou-se, mais uma vez, suporte de manifestações culturais, um espaço plural, um lugar para sensações, ideias, discussões e tensões: a periferia que está ligada ao núcleo; tradições de segmentos não lembrados, mas que fizeram parte de sua história; a discussão sobre uma ausência, cuja presença foi fundamental na construção das raízes da cidade de Pelotas e do sul do Rio Grande do Sul.

Referências

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas 1780-1888**. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

GUTIERREZ, Ester B.J. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2ª Ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPEL, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Abolicionismo e Imprensa em Pelotas. *In*: ALVES, Francisco. **Imprensa, história, literatura e informação**. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: FURG, 2007. p. 57-64.

MAIA, Mario de Souza. **O sopapo e o Cabobu** -Etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14346/000665258.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 abr.2019.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPEL/Livraria Mundial, 1993.

MONQUELAT, Adão F. **Pelotas dos excluídos: subsídios para uma história do cotidiano**. Pelotas: Ed. Mundial, 2014.

PINTO, Natália Garcia. **A benção compadre**: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830-1850. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PINTO, Natália Garcia. Deixo-o livre com a condição “de prestar-me seus serviços durante o prazo de sete anos”: a liberdade condicionada dos trabalhadores escravizados em Pelotas/RS nos últimos anos da escravidão (1880/1888). **História em Revista**, Pelotas, n. 19, p.301-311, dez.2013. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/06/25.-natalia-pinto.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RODRIGUES, Marta Bonow. **A vida é um jogo para quem tem ancas**: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação de Mestrado. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

VARGAS, Jonas. **Os barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.